

**PREVISINOP
PORTARIA Nº 542/2015**

DATA: 30 de Setembro de 2015

SÚMULA: Designa a servidora Zenaide Rocha para exercer a função de Fiscal do Contrato Jose Luiz Freitas Gonçalves -MEI.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução do contrato;

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora Zenaide Rocha, matrícula nº 103.553 - Assistente de Div. de Benefícios Vitalícios, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato da empresa Jose Luiz Freitas Gonçalves - MEI do PreviSinop, no período de 01/09/2015 à 30/09/2015.

Art. 2º. A Servidora deverá fiscalizar a validade do referido contrato e fazer os termos aditivos quando for o caso.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 01/09/2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de Setembro de 2015

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PreviSinop/MT

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 101/2015**

Exonera o Sr. Tiago Pacheco dos Santos do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Almoxarifado, referência CC-04.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 30/9/2015, o Sr. Tiago Pacheco dos Santos do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Almoxarifado, referência CC-04.

Art. 2º Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 29 de setembro de 2015

Mauro Garcia

Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 102/2015**

Concede licença prêmio por assiduidade, pelo período de 01 (um) mês, ao servidor Hitomi Takagi.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Hitomi Takagi, a partir do dia 01/10/2015, licença prêmio por assiduidade, pelo período de 01 (um) mês referente ao quinquênio de 02/3/2010 à 01/03/2015, em conformidade com o que preconiza a Lei Municipal 1241/2009.

Art. 2º Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 30 de setembro de 2015

Mauro Garcia

Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº. 578/2015**

DATA: 30 de setembro de 2015

SÚMULA: Altera o inciso XIII do artigo 2º da Portaria nº. 061/2014, de 06 de fevereiro de 2014.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o inciso XIII do artigo 2º da Portaria nº. 061/2014, de 06 de fevereiro de 2014, conforme segue:

“Art. 2º (...);

XIII – *Aristides Vieira Dias – PRODEURBS;*”

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de setembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

A Câmara Municipal de Sinop, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o número 00.814.574/0001-01, com sede à Avenida das Figueiras, 1.835, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu Presidente senhor, **MAURO SERGIO GARCIA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 0357350-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 345.787.491-34, neste ato denominada “**Câmara Municipal de Sinop**”, e a empresa **R. ORTIZ COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO DE AUTOMOTORES EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 19.544.224/0001-92, com sede na Travessa Maripa, nº 480, Bairro Residencial Maripa, na cidade de Sinop/MT, neste ato representada pelo sócio proprietário senhor, RONALDO ORTIZ, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Travessa Maripa, nº 480, Bairro Residencial Maripa, na cidade de Sinop/MT, portador da cédula de identidade RG. nº 6635889-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 059.109.121-60, doravante denominada “**PROMITENTE FORNECEDORA**”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.

520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2015 – SRP 001/2015, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1** Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para Instalação de Condicionadores de Ar para atender às necessidades da Câmara Municipal, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2015, para REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2015, abaixo especificados:

Item	Emb.	Quant.	Material discriminado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	UN	30	Instalação de ar cond. Split 12.000 BTUS, HI WALL, incluindo suporte, kit parafuso e tubulação.	420,00	12.600,00
02	UN	30	Instalação de ar cond. Split 18.000 BTUS, HI WALL, incluindo suporte, kit parafuso e tubulação.	500,00	15.000,00
TOTAL GERAL					27.600,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá a validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Câmara Municipal de Sinop/MT não será obrigada a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2015 – 001/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente, mediante depósito na seguinte conta bancária da detentora da ata:

Banco: Caixa Econômica Agência: 3263 - Operação 013 Conta: 92-6

3.2. A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela CÂMARA.

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país em 01 (uma) via.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da Nota Fiscal e/ou fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4. CLAUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os serviços deverão ser prestados na Câmara Municipal de Sinop-MT, situada na Avenida das Figueiras, n.º 1.835, Centro, Sinop/MT, CEP: 78.550-148, , conforme solicitações efetuadas, de segunda a sexta-feira, **das 12:00h às 18:00h**, dentro do **prazo de 05 (cinco) dias** a contar do recebimento da requisição, estando sujeitos à conferência e aceite pelo funcionário responsável.

4.2 Os serviços prestados em desconformidade serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediato, sob pena de cancelamento da compra.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Câmara Municipal de Sinop:

5.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Câmara Municipal de Sinop:

5.2.1. Atestar nas Notas Fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

5.2.2. Aplicar ao Contratado às penalidades, quando for o caso;

5.2.3. Prestar ao Contratado toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da Nota de Empenho;

5.2.4. Efetuar o pagamento à detentora da no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.2.5. Notificar, por escrito, da aplicação de qualquer sanção.

5.3. Do CONTRATADO:

5.3.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da licitante vencedora:

5.3.2. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.3.3. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos e serviços prestados;

5.3.4. Manter, durante a validade do Contrato, as mesmas condições de habilitação;

5.3.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Empenho pela detentora.
- 6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
- 6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.
- 6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
- 6.5. A cópia da Nota de Empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela Nota de Empenho, sujeitará O Contratado às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;
- c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;
- e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Sinop, no prazo de até 2 (dois) anos;
- f) declaração de inidoneidade para contratar com a Câmara Municipal de Sinop, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local. 7.4 O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 A despesa com a execução do presente contrato correrá por conta dos recursos destinados à:

Programa de Trabalho: 01.01.001.031.0010.2001 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CAMARA MUNICIPAL

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Parágrafo Primeiro:

Para acobertura das despesas relativas a este contrato será emitida Nota de Empenho à conta da dotação especificada nesta cláusula.

9. CLÁUSULA NONA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços

9.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual), bem como no Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

9.3 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

9.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

9.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

9.10 Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11 Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12 Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Câmara Municipal, observada a legislação em vigor;

10.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido da Câmara Municipal, com observância das disposições legais;

10.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Câmara Municipal, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Comissão Municipal de Licitação, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade ou a quem esta delegar a competência para tanto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES 12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito. 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2015 – 001/2015 e a proposta da empresa **R. ORTIZ COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO DE AUTOMOTORES EIRELI - ME** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 046/2007 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO 14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Sinop, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento em 02 (duas) vias na presença das testemunhas abaixo.

Sinop/MT, 30 de setembro de 2.015.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP-MT
MAURO SERGIO GARCIA - PRESIDENTE
CONTRATANTE

RONALDO ORTIZ

R. ORTIZ – COMERCIO E REFRIGERAÇÃO DE AUTOMOTORES EIRELI - ME
PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

a) _____ CPF. _____

b) _____ CPF. _____

Data: ____/____/____
Visto – Departamento JurídicoPREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº. 584/2015

DATA: 01 de outubro de 2015.

SÚMULA: Prorroga, em caráter temporário a contratação dos servidores que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, em caráter temporário a contratação, dos servidores que menciona:

Matrícula	Nome	Cargo	Período Inicial	Período final	CE
11618	ADRIANA MACHADO	AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR - TEMP	02/10/2015	01/04/2016	31
11619	ANA PAULA DE OLIVEIRA VELOZO	AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR - TEMP	02/10/2015	01/04/2016	31
11625	ANDREIA BARBOSA DA SILVA	AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR - TEMP	02/10/2015	01/04/2016	31
11626	CLECI SALETE KALSING DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR - TEMP	02/10/2015	01/04/2016	31
11601	EDILAMARCIA LOURENCO DE NOVAES BERNARDO	AUXILIAR DE NUTRICAÇÃO - TEMP	02/10/2015	01/04/2016	31
11623	JANE SILVA DO NASCIMENTO SOUZA	AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR - TEMP	02/10/2015	01/04/2016	31
11611	JUCILENE RAMOS DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR - TEMP	02/10/2015	01/04/2016	31
11589	KENNER DE SOUZA CASTILHO	AUXILIAR DE NUTRICAÇÃO - TEMP	02/10/2015	01/04/2016	31
11621	MARIA DE FATIMA MACEDO DE ALMEIDA	AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR - TEMP	02/10/2015	01/04/2016	31
11627	MARTINHA BRUGNERA BETTONI	AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR - TEMP	02/10/2015	01/04/2016	31
11598	MURILO FEITOSA DE ALMEIDA	AUXILIAR DE NUTRICAÇÃO - TEMP	02/10/2015	01/04/2016	31
11615	ROBERTO APARECIDO LIMA	AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR - TEMP	02/10/2015	01/04/2016	31
11612	TATIANA FATIMA PAULUS	AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR - TEMP	02/10/2015	01/04/2016	31
11605	EDNA DE JESUS FORMAGIO SILVA	AUXILIAR DE NUTRICAÇÃO - TEMP	07/10/2015	06/04/2016	31
11606	ERIKA PEREIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE NUTRICAÇÃO - TEMP	07/10/2015	06/04/2016	31
11622	JOANA DARCI DE LIMA FREITAS	AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR - TEMP	07/10/2015	06/04/2016	31
11590	LOHANNY KAROLINY MACEDO RODRIGUES LOPES	AUXILIAR DE NUTRICAÇÃO - TEMP	07/10/2015	06/04/2016	31
11607	JOSIANE CLAIR HOLSCHUCH	AUXILIAR DE NUTRICAÇÃO - TEMP	08/10/2015	07/04/2016	31
11600	MARISA PACIFICO	AUXILIAR DE NUTRICAÇÃO - TEMP	08/10/2015	07/04/2016	31
11637	CLAUDINEIA PEREIRA CANGUCU ALENCAR	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	10/10/2015	09/04/2016	29
11644	ANEZIO SANTANA DA SILVA	MOTORISTA IV - TEMP	13/10/2015	12/04/2016	14
11631	EDINEIA DA SILVA XAVIER TEIXEIRA	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	13/10/2015	12/04/2016	29
11599	JANETE DA SILVA	AUXILIAR DE NUTRICAÇÃO - TEMP	13/10/2015	12/04/2016	31
11632	JOCASTA MARIA SCANDIUSSI	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	13/10/2015	12/04/2016	29
11630	MARIA ITAMAR BUZZATTI DE RAMOS	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	13/10/2015	12/04/2016	29
11635	ROSEMERI DOS SANTOS AUGUSTO	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	13/10/2015	12/04/2016	29
11629	TAISE DE SOUZA SANTOS	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	13/10/2015	12/04/2016	29
11636	IRIS DE SOUZA DIAS	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	14/10/2015	13/04/2016	29
11639	ROSIMEIRI FANTI	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	14/10/2015	13/04/2016	29
11641	LUANNA MARIA MARTINS LEITE DE OLIVEIRA	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	15/10/2015	14/04/2016	29
11646	DJOVANE MIKAEL REMPEL	MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	23/10/2015	22/04/2016	30-02
11643	ROSANA DE ANDRADE MOURA	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	23/10/2015	22/04/2016	29

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.